

## **Sobre a Família: O Diálogo entre a Comunidade e a Academia**

No capítulo anterior, apresentei a descrição da estrutura das vivências de família a partir dos temas representativos captados nas entrevistas, procurando explicitar as unidades de significado de forma integrada entre os três depoimentos. Neste capítulo, pretendo articulá-las ao referencial dos autores que compõem a fundamentação teórica desta investigação fenomenológica, almejando comentar as interseções e singularidades das vivências.

Os resultados evidenciados anteriormente mostram uma riqueza de elementos que fundam a vivência de família das pessoas entrevistadas. No cotidiano, em diversos momentos, eles se integram de modo dinâmico e compõem o viés singular com que cada pessoa concebe sua família e se coloca em relação a ela. O enfoque fenomenológico permitiu a compreensão dos elementos essenciais do viver em família, apresentados sob a forma de unidades de sentido agrupadas nos temas representativos revelados nos depoimentos. Procurei atravessar a facticidade do relato das pessoas e me ater à questão proposta por AmatuZZi (2001), sobre o que elas estavam, efetivamente, pretendendo me dizer (ou, numa linguagem fenomenológica, qual a visada delas sobre a família, enquanto fenômeno, na descrição de cada cena ou de cada exposição).

Ao assumir essa postura diante do meu objeto de investigação na presente pesquisa, pude apreender a família vivenciada como a base para a vida de todas as pessoas. Ela é a estrutura, a fortaleza, o refúgio. Tudo passa por ela e ela passa por tudo. Além de ser o núcleo no qual as pessoas se constituem enquanto seres-no-mundo, onde se desenvolvem os afetos, os valores, a cultura e as demais referências da vida, a família dá continência e um sentimento de pertencimento aos seus membros. É um grupo composto por pessoas diferentes, protetor e gerador de crescimento, não importando a sua configuração (se nuclear ou extensa), nem a exigência da consangüinidade. Os relacionamentos ali estabelecidos são relevantes, devem ser estáveis (presença), promotores de interação (através do diálogo) e de vivências afetivas, que, juntamente com o

sustento da fé, oferecem o suporte necessário ao crescimento pessoal e ao enfrentamento das vicissitudes. Isso é tão importante, que a não ocorrência de tal continência na vida de um indivíduo gera graves transtornos de diversas naturezas.

Uma constatação interessante apontada pela análise fenomenológica dos depoimentos refere-se à qualidade diferente dos elementos constituintes da vivência de família entre as duas mulheres e o único homem entrevistado. Apesar de não ser possível fazer afirmações de caráter fidedigno sobre tal diferença (o que, por sinal, não é minha pretensão), nota-se que a visada da Sra. Tânia e da Sra. Aparecida sobre a família resalta os elementos de cunho mais relacionais e afetivos (tais como o diálogo, a afetividade, a comunhão, a cumplicidade, a escuta, a percepção das necessidades dos outros, a união, etc.), coerentes com o papel da mulher enquanto cuidadora da casa e da família e responsável pela educação dos filhos. Por sua vez, o Sr. Adão, apesar de valorizar alguns desses fatores, dá maior destaque aos aspectos estruturais da família, vinculados às funções masculinas de provisão e de relações com o mundo: moradia adequada/inadequada, desemprego, excesso de trabalho, dificuldades financeiras, importância das regras e dos limites, falta de condições de vida e arrimo, dentre outros.

A figura abaixo sintetiza as unidades de significados captadas na presente pesquisa e sistematiza aquelas que foram comuns a todos os entrevistados (na figura central), aquelas comuns a duas pessoas (em verde) e os elementos constituintes da vivência de família singulares de cada pessoa (em azul). Com isso, ela expõe o panorama de elementos fundamentais da vivência de família apreendidos nos depoimentos.



A função formadora da subjetividade do indivíduo e, conseqüentemente, da sociedade, é consenso entre os autores (Cardoso & Féres-Carneiro, 2007; Carvalho, 2002; Saleh, 2001, Szymanski, 1988; Vasconcelos, 1999) e pode ser ilustrada na afirmação de Sarti (2003b), segundo a qual a família é “uma referência simbólica fundamental que permite pensar, organizar e dar sentido ao mundo social dentro e fora do âmbito familiar” (p. 9). Isso se evidencia na afirmação da Sra. Aparecida, que diz: “... *porque uma coisa que eu vejo em muitas famílias é esse movimento, assim, de estrutura mesmo. Porque se a gente tem uma base para criar os filhos, os filhos acabam conseguindo os objetivos na vida e sendo bons cidadãos, sem pertencer ao caminho que não deve, que é esse caminho da droga, da perdição, da prostituição que a gente sempre vê*”.

Entretanto, Sarti (2003b) também ressalta que a noção de família é construída em torno de um eixo moral constituído por critérios de obrigações recíprocas, os quais levam a considerar “da família” aqueles com quem se pode contar. Isso também foi percebido no trabalho de campo descrito por Cardoso & Féres-Carneiro (2007), no qual as pessoas disseram que, muitas vezes, os vizinhos “são mais da família do que os de sangue”, justamente porque contribuem de alguma maneira no cotidiano familiar. Esse vínculo familiar com a vizinhança, porém, não foi evidenciado na análise dos depoimentos desta pesquisa.

Apesar de não expressarem a consangüinidade como o requisito necessário à configuração familiar, os entrevistados revelaram a afetividade como um fundamento importante para considerar quem é da família, conforme disse a Sra. Aparecida: “*Eu não acho que a família resume só em tipo pai, mãe e filhos, não. Quer dizer, isso aí é, sim, uma família. Mas eu acho que a família é tudo isso, é quem te quer bem. É quem você passou alguma coisa e que aquilo te lembra*”. Este é um dos exemplos da vivência do arranjo familiar que se coaduna com os resultados encontrados por Saleh (2001), sobre os critérios de pertencimento familiar das famílias de baixa renda que estudou, a saber: qualidade de convivência, grau e disponibilidade para ajudar, família de origem e fatores afetivos.

Ainda no que tange à afetividade, Szymanski (1988) verificou que é a partir dela que se constroem as relações familiares, propiciando, com isso, a decisão de algumas pessoas coabitarem e a assumirem uma ligação duradoura que gera compromisso de cuidados, sustento e de criação das crianças (biológicas ou

adotivas) surgidas nesse contexto. Para a autora, as relações biológicas (pais, filhos, avós e irmãos) e algumas de adoção ou apadrinhamento são indissolúveis, mesmo em casos de separação física. Porém, o mesmo não acontece com a relação conjugal, passível de dissolução diante de crises mais graves ou quando o sentimento que levou à decisão de união entre o homem e a mulher deixa de existir.

Quanto à dinâmica familiar, conforme mencionado no Capítulo 2, Sarti (2003b) indica uma divisão de papéis nas famílias pobres pesquisadas por ela, a qual estabelece princípios definidores de determinados aspectos da sua dinâmica e da hierarquia homem/mulher, com as respectivas autoridades e responsabilidades atribuídas a cada um. Portanto, a autora propõe que é delegado ao homem o papel de chefe da família, sendo dele a responsabilidade pelo sustento e a honra, aspectos importantes na composição da autoridade paterna. Cabe a ele também ser o intermediário entre a família e o mundo externo, sendo a sua presença uma garantia de respeitabilidade familiar. Ela sustenta ainda que, mesmo nas situações nas quais ele não oferece os recursos financeiros necessários à sobrevivência da família, sua presença se mantém importante como autoridade moral perante os outros.

As vivências dos entrevistados sobre a figura masculina foram ambíguas quanto a essa posição da autora. O depoimento do Sr. Adão aponta nesse sentido, na medida em que ele refere-se, enfaticamente, ao longo de toda a entrevista, à importância da presença do pai, especialmente para o bom desenvolvimento dos filhos: *“Eu acho que pai faz falta. O pai ou alguma figura adulta que vá fazer esse papel”*. Outro exemplo disso é quando ele afirma: *“Não sei se a mãe faz esse papel. Eu acho que não. Eu não conheço ninguém que fez esse papel, não. Eu acho... eu avalio, até cientificamente, o pai faz falta. Na minha experiência do dia-a-dia, eu acho que a figura paterna faz falta...”* Porém, no depoimento da Sra. Aparecida, quando ela menciona o homem no papel de pai, este é afirmado como uma presença positiva e necessária, semelhante ao sentido dado pelo Sr. Adão: *“... até hoje eu tenho uma saudade muito grande do meu pai. A gente tinha um relacionamento muito bom.”* Mas o seu discurso muda quando faz alusão ao homem no papel de marido: *“... se eu for te falar o que está dentro do coração, de verdade... eu não acho que marido é família não, sabe? Porque tem muitas*

*famílias que não têm marido, ou até já teve, e às vezes são muito mais estruturadas e mais felizes de que essas que têm marido...”*

Coerente com as vivências expressas sobre as funções masculina e feminina, um aspecto relevante foi concernente à questão do casal. A Sra. Tânia foi a única a mencionar o marido de maneira positiva: “*É uma pessoa maravilhosa!*”. Ainda assim, houve um período de grave crise conjugal, sobre o qual ela fez críticas negativas ao marido. Já a Sra. Aparecida revelou vivências de falta de companheirismo, desqualificação e outras de natureza negativa em relação ao cônjuge, desconsiderando-o, inclusive como parte da família. Por sua vez, o Sr. Adão, fez uma única referência a si mesmo na função de marido: “*Eu acho que eu fui mais apoio dela mesmo [a esposa], do que outra coisa, até.*” Foram descritas mais situações nas quais o homem e a mulher desempenhavam as funções paterna e materna do que aquelas em que eles exerciam suas funções conjugais. Com exceção do depoimento da Sra. Tânia, os outros ratificaram a posição de alguns autores de que, nas famílias de baixa renda e na moradoras de comunidade popular, o vínculo é mais forte entre pais e filhos do que entre marido e esposa (Cardoso & Féres-Carneiro, 2007; Saleh, 2001; Sarti, 2003b).

No tocante à importância da figura do pai, as falas do Sr. Adão e da Sra. Aparecida apresentam estreita relação com a perspectiva de Saleh (2001). Ela ressalta que, apesar de ser comum o pouco tempo de permanência dos homens nas famílias das comunidades de baixa renda (evidenciado pelo grande número de famílias monoparentais femininas), a figura masculina faz falta como modelo para os filhos, facilitando, assim, a identificação destes com outros homens da comunidade, incluindo aqueles ligados ao tráfico de drogas e ao crime, elevando, com isso, os índices de violência. Diz o Sr. Adão: “*... Eu achava que [o pai] fazia mais até pro filho homem, mas eu percebi que fazia também pra filha mulher, para as meninas...*”

Quanto à mulher, Sarti (2003b) propõe que, numa posição complementar ao homem, compete-lhe o papel de chefe da casa, cujas principais responsabilidades são a manutenção da união familiar e os cuidados com a casa e com a família (como mãe e como dona-de-casa). Nesse sentido, a maternidade confere a ela uma autoridade especial, valorizando a sua importância no âmbito familiar, perspectiva esta também compartilhada por Saleh (2001).

Os resultados da presente pesquisa expressam vivências nessa direção. Todos os entrevistados apresentam a mulher como a responsável pelos cuidados com a casa e com os filhos (mesmo aquelas que têm emprego). Nos depoimentos, é evidente essa divisão. O Sr. Adão, por exemplo, assume seu papel de provedor quando diz: *“Eu fico nessa parte mais... mais pesada, fora [de casa]”*, e confirma a função de chefe da casa atribuída à sua esposa, no que concerne à criação dos filhos, ao afirmar: *“...meus meninos, ... a questão de escola, quem fiscaliza os cadernos é ela [a mãe] que faz”*. A Sra. Aparecida, por outro lado, declara que, mesmo nos momentos em que o marido esteve desempregado, ele não colaborava nas tarefas cotidianas com as crianças: *“O meu marido também ficava às vezes desempregado, às vezes trabalhando também, mas essa participação, assim, de filho, geralmente sempre sobrou mais foi pra mim”*. Já a Sra. Tânia descreve o marido como o provedor da casa (chefe da família) e revela a função da mulher como sendo a de cuidadora das relações familiares (mediante a instauração do diálogo, da afetividade e o desempenho da função de arrimo da família, por exemplo). Nesse sentido, ela diz: *“... ele paga, mas, de certa forma, eu ajudo...”*. Ou ainda: *“Aquele que segura toda a onda aqui em casa ou sou eu ou é a mamãe...”*

Um aspecto que se sobressai nos depoimentos referentes aos papéis do pai e da mãe é a cobrança explícita que os maridos fazem às esposas quanto às suas obrigações como mães em relação aos cuidados com os filhos, demonstrando uma relação de autoridade. Essa exigência no desempenho da função materna é descrita na própria experiência cotidiana, quando o Sr. Adão diz: *“Aí, eu cobro dela: ‘Tá olhando os cadernos dos meninos?’ Tá.”*, ou ainda *“...aí eu cobro, aí eu falo: ‘Tá passando o filme, então, você leva os meninos ao cinema’...”*. Mas isso também é percebido na dinâmica de outras famílias, como revela a Sra. Aparecida: *“...porque o que a gente vê muito nas famílias é aquele homem que chega e que quer achar tudo pronto, tudo do jeito, que o menino não pode subir na cama, não pode subir no sofá, entendeu?”*. Esse aspecto é semelhante aos resultados encontrados por Szymanski (1988), em sua investigação junto a famílias moradoras de uma comunidade popular em São Paulo, que a levaram a concluir a existência de uma hierarquia no grupo familiar, na qual os mais velhos mandam nos mais novos e o homem manda na mulher. Ela ressalta ainda que a

relação característica dessa hierarquia se dá através da díade mandar/obedecer, o que é motivo para muitos conflitos nas relações familiares.

Entretanto, apesar dessa divisão de papéis, os depoimentos revelam uma sobrecarga da mulher, que, além de suas atribuições como mãe e dona-de-casa, muitas vezes, também tem como dever a provisão de, pelo menos, parte do dinheiro para subsistência da família. Isso se reflete na seguinte constatação da Sra. Aparecida: “...*porque geralmente quando a gente casa, o tempo da gente é muito pouco, pra gente dar conta de trabalhar, de cuidar de casa, de cuidar de criança...*”. Ou ainda nas diversas considerações do Sr. Adão sobre as funções de sua esposa no grupo familiar. Vale ressaltar que, apesar de não ser o caso de nenhuma das pessoas entrevistadas, são comuns nas comunidades populares as famílias chefiadas por mulheres, as quais assumem esse duplo papel: de chefes da família e da casa (Saleh, 2001).

Isso se aproxima dos dados encontrados por Oliveira (2005), em seu estudo sobre a provisão das famílias de baixa renda, em Belo Horizonte. Seus resultados demonstram que, na maioria dos domicílios da capital mineira desse segmento sócio-econômico, a mulher ou é a principal responsável pelo sustento financeiro da família, ou é co-provedora, contribuindo com 40 a 60% da renda familiar.

Especialmente em função da situação mencionada acima, outro papel emerge como essencial à manutenção da família: o da rede familiar ou família extensa. A literatura aponta como uma das características das famílias pobres e moradoras das comunidades populares o não rompimento com a família de origem após o casamento (Oliveira, 2005; Saleh, 2001; Sarti, 2003b). Essa rede se mantém, principalmente, pelo fato de se tratar de famílias com carências de diversas naturezas e com a probabilidade de vários rompimentos no ciclo de vida familiar (mortes precoces pelo envolvimento com o tráfico ou com o crime organizado, separações causadas pelas precárias condições de vida, circulação das crianças na família pela diante da impossibilidade dos pais para criá-las, etc.). Assim sendo, a rede familiar funciona como um suporte, com o qual se pode contar nas mais variadas necessidades. Todas as pessoas entrevistadas descrevem alguma situação em que. Pelo menos, um parente da família extensa prestou assistência numa adversidade, como aquela pela qual a Sra. Aparecida passou, quando o marido esteve desempregado: “...*então, esse meu irmão João, esse meu*

*irmão mais velho que mora aqui também, era quem ajudava com alguma coisa...”.*

Ainda nesse sentido do suporte, um houve referência a um outro papel a ser desempenhado pela família, além daquele da rede familiar: o do arrimo, ou seja, aquele que assume a responsabilidade de amparar à família. Interessante ressaltar que a conotação de arrimo não diz respeito, necessariamente, ao provedor financeiro, como é o exemplo do Sr. Adão, mas pode ser também aquele que dá outro tipo de sustento, como definiu a Sra. Tânia: “... a gente tem, às vezes, essa obrigação... entre aspas, essa obrigação de tá segurando essa onda toda.” Eu não encontrei na literatura nenhuma referência específica ao arrimo, mas o modo como ele é apresentado na pesquisa se aproxima daquele definido por Silveira (2007), na sua descrição sobre o cuidador familiar. A experiência de campo mostra que, em boa parte das famílias de baixa renda, cabe à mulher (seja a mãe, a avó ou qualquer outra figura feminina) o papel de apoio às diversas situações familiares (mesmo naquelas onde o homem é o provedor), mesmo que ela não recebe a conotação explícita de arrimo. Isso se torna evidente, por exemplo, nas situações de gravidez precoce, especialmente quando o pai não assume a paternidade, ficando a cargo das avós a criação dos netos (Saleh, 2001), ou em casos de viuvez ou de separação, quando, em geral a mãe acaba acolhendo os familiares em questão (Sarti, 2003b).

Quanto aos elementos constituintes da vivência de família, sem os quais ela não pode ser pensada, destaca-se o caráter relacional captado na análise fenomenológica das entrevistas. Dos quatro elementos comuns aos três depoimentos, apenas um não possui essa ênfase (religião, Deus). Assim, além do diálogo, da afetividade e da presença, a proteção, o apoio, a comunhão e a valorização das diferenças entre os familiares foram os aspectos revelados como fundantes da vivência da família. A importância desses fatores está presente em todos os estudiosos do tema, pois não há como pensar em família sem considerar as relações interpessoais que ocorrem nesse contexto. Nesse sentido, concordo com Valente (2003), ao afirmar que “família é fábrica de gente” (p. 15) e creio que a qualidade da produção desta fábrica é diretamente proporcional às características e estilos de cada um desses componentes da relação familiar.

Quanto à religião e à importância de Deus, não encontrei na literatura trabalhos que demonstrem o sentido de ambos no cotidiano das famílias

moradoras em comunidades carentes, com exceção da pesquisa de Saleh (2001), na qual a religião também aparece como suporte para enfrentar as dificuldades, conforme vivenciado pelos participantes da pesquisa. Entretanto, creio os depoimentos revelaram outros aspectos da vivência religiosa na família que merecem pesquisas posteriores, como por exemplo, quando o Sr. Adão aborda o papel social da religião: *“Por que não usa a religião pra transformação? Esse é que é o posicionamento meu da religião. Você faz uma religiosidade da religião.”* Ou quando a Sra. Tânia afirma: *“...e o que que fizemos nesse momento, a família toda? Juntou todo mundo nesse momento, ajoelhou, e reza, reza, reza...”*

No que concerne à vivência dos elementos desestruturantes da família, a ênfase nos aspectos das relações familiares mais uma vez se fazem presentes. A falta de escuta, de diálogo, de cumplicidade, de comunhão e de união pode ser traduzida em um outro fator apontado pelo Sr. Adão e pela Sra. Tânia como desestabilizador da família: o individualismo. Este é ilustrado na seguinte fala da Sra. Tânia: *“Então, é aquela família que, assim, ninguém tá nem aí pra ninguém... um tá com dificuldade lá, tá envolvido com droga e tal, então ‘deixa ele pra lá, deixa ele viver a vida dele que eu não tô nem aí’. A mãe falando isso, o pai, bebendo, não tá preocupado com isso...”* Já o Sr. Adão resume o individualismo nas famílias a que assiste, dizendo: *“... a mãe e o pai pouco se preocupam...”*.

Sarti (2002) vincula a individualidade (no mesmo sentido que eu estou dando ao termo individualismo) à perda do sentido da tradição. Assim, no mundo moderno, os papéis outrora pré-estabelecidos em relação ao casamento, à família, à sexualidade, ao amor e ao trabalho passam a ser construídos numa perspectiva em que a individualidade ganha cada vez mais espaço. Com essa mudança de referência, os papéis familiares tradicionais passam e gerar conflitos, pois torna-se necessário compatibilizar o individual com a reciprocidade familiar. É evidente que essa situação se reflete, diretamente, na qualidade das relações estabelecidas no grupo domiciliar.

Ao se referir ao segmento social menos favorecido economicamente, a autora afirma que a tradição se constitui numa referência fundamental da existência. A condição de desigualdade e de exclusão em relação à sociedade mais ampla leva as famílias pobres a manter a lógica da reciprocidade (em oposição ao princípio da individualidade), manifesta nos laços de solidariedade, de parentesco e de vizinhança, tão necessários à sua sobrevivência.

A partir das considerações de Sarti (2002) e da análise fenomenológica dos depoimentos, uma reflexão mais atenta sobre o individualismo no grupo familiar mostra que ele está na contra-mão do fortalecimento das relações, inclusive as afetivas. A esfera do “entre” fica esvaziada e as pessoas deixam de ser consideradas, confirmadas e assistidas em sua singularidade, além de experimentarem um sentimento de solidão. Some-se a isso o fato de que o desprezo pela cultura e pelas tradições do seu grupo familiar promove o desenraizamento de sua história, o qual, certamente, acarreta um senso de identidade pessoal frágil e desconectado das referências básicas fundamentais para o desenvolvimento de uma auto-imagem positiva e forte. Nesse sentido, é possível supor que esse enfraquecimento da identidade (e, conseqüentemente, da auto-estima) pode estar na base de diversos casos de alcoolismo, depressão e de violências múltiplas, tão comuns nas comunidades populares e reveladas nessa pesquisa como outros fatores desestruturantes da família.

Entretanto, vivências distintas daquelas vinculada à qualidade das relações familiares foram expressas pelo Sr. Adão no que se reporta aos fatores desestabilizadores do grupo familiar. Sua ênfase nesse tema recai, novamente, sobre elementos mais vinculados à estruturação da família. Assim, falta de condições de vida e de oportunidades, moradia inadequada, falta de acesso à educação e excesso de trabalho são vivenciadas como promotoras do esfacelamento da dinâmica familiar. Um momento no qual ele revela isso é quando diz: “... porque a pessoa vai beber porque tá desempregado. Então, o desemprego, a falta de oportunidade, os adolescentes querem trabalhar e não conseguem, isso eu acho que isso são elementos que fazem isso [desestruturar a família].”

Esses aspectos são abordados por Sarti (2003b), devido à associação direta entre o valor do trabalho e a identidade masculina, especialmente nas populações mais pobres, pois é justamente através da sua competência e da disponibilidade para o trabalho que o homem deixa de ser “pobre” e se afirma como qualquer outro, independente da condição social e econômica. A honra também está intimamente ligada à vivência do trabalho, pois mostra que a capacidade do homem de trazer o dinheiro para dentro de casa e de sustentar sua família. Com isso, o desemprego passa a ter um outro sentido, além das conseqüências da privação material: o da humilhação, pois despoja-o de uma função primordial à

sua identidade social, como trabalhador, provedor e pai de família. A autora conclui ainda que essa perda moral reflete-se em todo o grupo familiar, por se tratar de um de seus eixos fundamentais.

Quanto à questão da moradia inadequada, Saleh (2001) associa-a à possibilidade de contribuir para uma identidade negativa (“ser favelado”), tanto por parte dos outros, como no que tange à própria auto-imagem. Isso se dá pelo fato de que a moradia está vinculada ao grau de dignidade da pessoa.

Cabe aqui uma descrição mais detalhada sobre a “moradia inadequada”. São construções realizadas de maneira improvisada (barracos) e frágil, com poucas divisões (algumas possuem apenas um único cômodo para abrigar toda a família), com espaços exíguos que não preservam nenhum tipo de intimidade (nem dentro da própria casa, nem com as habitações do entorno), sem infraestrutura (água encanada, esgoto, etc), com móveis insuficientes para a demanda familiar, muitas vezes situada em locais sujos e com a presença de ratos e outros animais transmissores de doenças. Essa conjuntura expõe as famílias à circunstâncias de riscos e de vulnerabilidades de ordens diversas, com repercussões diretas no seu cotidiano, na sua auto-imagem e na integridade de cada um de seus membros.

Associada a esse problema concreto da moradia, há, da mesma forma, a vivência de problemas vinculados ao ambiente externo, como diz a Sra. Aparecida: “... *por causa de morar numa vila que tem muitos problemas, principalmente de alcoolismo, de drogas, essas coisas e tudo tal ... sem pertencer ao caminho que não deve, que é esse caminho da droga, da perdição, da prostituição que a gente sempre vê.*”

Essas questões também surgem no estudo de Saleh (2001) como preocupações presentes e como fatores estressores comuns no ciclo de vida das famílias por ela investigadas. Ela ressalta como formas de enfrentamento desenvolvidas pelas pessoas para reverter essa circunstância familiar a capacidade de manter a família unida, a subsistência material, a educação, a manutenção de respeito (especialmente dos filhos para com os pais) e a força obtida através da fé.

A experiência de campo mostra que não há garantia de uma vida familiar tranqüila, tendo-se tantos perigos como vizinhos próximos. Trata-se de uma luta diária e de um stress constante, pois os moradores de comunidades populares e, particularmente aqueles das favelas, onde existe a presença do tráfico de drogas,

do crime organizado ou das milícias<sup>4</sup>, sabem do equilíbrio precário de sua vida cotidiana, mesmo nos momentos de aparente tranqüilidade.

Outro componente da vivência familiar que merece reflexão é aquele emergente no depoimento do Sr. Adão que diz respeito ao trabalho na infância. Ele iniciou precocemente dois tipos de atividades (por sinal, comuns entre as crianças das famílias de baixa renda, em maior ou menor grau): o serviço doméstico e a criação dos irmãos menores: “... *nós fomos criados sem o pai, só com minha mãe. Aí, eu e meu irmão mais velho éramos os mais velhos. E aí a gente tinha que dar conta dos pequenos...*” Ele atribui essa situação, expressamente, à ausência do pai na família: a mãe saía para lavar roupas e, com isso, garantir o sustento financeiro da família, enquanto as tarefas domésticas e a criação dos irmãos menores ficavam a cargo dele e do irmão mais velho: “*A vida de infância foi tão corrida, eu tava trabalhando, trabalhando, trabalhando... Se o meu pai tivesse, eu não tivesse que assumir as responsabilidades tão cedo. Eu tive que assumir as responsabilidades.*”

Interessante a conotação positiva que ele atribui ao fato de ter aprendido serviços domésticos (normalmente exercidos pelas mulheres), tornando-o mais independente: “*A gente teve isso que foi importante pra gente. Eu acho que hoje a gente dá importância a isso.*”

A experiência de campo revela que o desempenho dos serviços domésticos por parte das crianças não está, necessariamente, vinculado à ausência paterna. Desde cedo, as mães procuram ensinar aos filhos os afazeres básicos da rotina doméstica, seja porque elas, assim como os maridos, trabalham fora, seja “para eles já saberem, no caso de uma precisão”. No serviço de plantão psicológico, na Paróquia São Brás, duas situações ilustram isso. Uma mãe procurou atendimento para um filho de 11 anos e outra, para a filha de 9 anos, com as queixas de rebeldia por parte do primeiro e de agressividade, por parte da segunda. Na verdade, ambas as queixas estavam vinculadas à resistência dos filhos em assumir as tarefas de casa a elas delegadas, tais como “varrer o terreiro” ou “lavar as vasilhas”. No contato com as crianças, ficou evidente a preferência delas pelas

---

<sup>4</sup>As milícias, também conhecidas como “Polícia Mineira”, são grupos formados por policiais militares, da ativa ou da reserva, ou por ex-traficantes, em crescente número especialmente na cidade do Rio de Janeiro, que expulsam o tráfico de drogas das comunidades populares e favelas, passam a agir como grupo de extermínio e a controlar outras atividades ilegais, cobrando dos moradores por sua proteção.

brincadeiras e pela companhia dos amigos, cujo tempo era “roubado por essas coisas chatas que a mãe fica mandando a gente fazer”.

Ainda no que concerne ao trabalho como fator de encurtamento da infância, Vasconcelos (1999) também verificou que é comum ele ocorrer de outra maneira, diferente daquelas expostas pelo Sr. Adão: como trabalho remunerado, sob a forma de biscates ou de pedidos de dinheiro às pessoas na rua. Houve apenas uma única menção sobre isso, feita pela Sra. Aparecida: “... às vezes, o desespero é tão grande que elas pega e usa, e manda os meninos pra rua pra pedir, em vez de ensinar o outro lado das coisa, né? Não importa que as crianças não vai pra escola.” Infelizmente, nós sabemos que essa situação é muito comum nas camadas populares, ao contrário do que deveria acontecer.

Finalmente, uma consideração que se faz necessária é quanto à importância singular da música como elemento estruturante da vivência de família da Sra. Tânia. A forma apaixonada com que ela descreve a música e as diversas expressões sobre o modo como esta envolve os familiares e dá um sentido para a vida deles não pode ser desprezada. Uma curiosidade em relação a isso é que, ao final da entrevista, realizada na casa da Sra. Tânia, ela me disse que o filho mais novo, de 11 anos queria faltar a aula, quando soube que eu iria lá, para me mostrar a mais recente música que ele tinha aprendido a tocar no cavaquinho: *Brasileirinho*, composta por Waldir Azevedo, em 1947. A mãe não deixou ele se ausentar da escola, mas me perguntou se eu poderia esperá-lo, o que eu, prontamente, aceitei. Foi um espetáculo único, pois o menino tocou não apenas essa, mas diversas outras músicas. A certa altura, a Sra. Tânia buscou o violão e ambos tocaram juntos. Foi uma demonstração clara e inequívoca daqueles fatores revelados por ela na apreensão da música como constituinte de sua vivência de família.

Apesar de eu não ter encontrado nenhuma alusão na literatura sobre a importância da música no sentido vivenciado pela Sra. Tânia, penso na importância que tem o envolvimento dos familiares num projeto comum a todos, seja de cunho artístico, religioso, social ou cultural, o que proporciona um sentido, facilita a integração e promove o exercício das habilidades necessárias ao relacionamento interpessoal de qualidade.